

Peru se sente fortalecido com a decisão brasileira

Rosental Calmon Alves
Correspondente

Buenos Aires — O governo Alan Garcia, que em um ano e meio não pagou praticamente nada aos bancos estrangeiros, recebeu a notícia de que o Brasil suspenderia seus pagamentos da dívida externa como mais uma demonstração de que está no caminho certo. “O problema da dívida não tem uma solução técnica possível. Tem que ser uma solução política”, disse, ontem, pelo telefone, o vice-ministro de Economia do Peru, Gustavo Saberbein. Para ele, a atitude do Brasil provocará “maior conscientização dos credores”.

A crise brasileira ocupou ontem as manchetes de numerosos jornais dos países latino-americanos, onde os governos procuram acompanhar atentamente a situação, convencidos de que qualquer que seja o desfecho haverá fortes repercussões na situação dos demais devedores. “É natural que estejamos acompanhando com interesse; afinal, o Brasil é o maior devedor”, disse um funcionário argentino, que, no entanto, negou-se a opinar. De maneira geral, contudo, a idéia em Buenos Aires é de que a crise brasileira ajuda a atual renegociação da dívida argentina.

Numa entrevista telefônica ao JORNAL DO BRASIL, o vice-ministro de Economia do Peru e encarregado da questão da dívida externa de seu país reconheceu que pelas notícias que se divulgavam no exterior o Brasil parecia agora decidido a dar prioridade ao seu próprio desenvolvimento.

— Diante do problema da dívida externa, nossos governos precisam fazer uma opção, já que é impossível pagá-la e ao mesmo tempo assegurar o desenvolvimento dos nossos países. No caso peruano, nossa opção foi privilegiar o desenvolvimento e limitar o pagamento da dívida pública de médio e longo prazo a 10% de nossas exportações. Nossa política interna está dirigida a um processo de desenvolvimento, inclusive tecnológico, e a atender a necessidade de criação de novos empregos — disse o vice-ministro Gustavo Saberbein.

— Para que continuemos crescendo é preciso investimento e, como não há mais financiamento externo, a única solução é criar uma poupança interna capaz de proporcionar esses

recursos necessários a financiar o desenvolvimento. Aqui no Peru, conseguimos substituir a economia especulativa por uma produtiva. Crescemos 9% no ano passado e os salários dos trabalhadores, inclusive dos camponeses, melhoraram substancialmente — acrescentou.

O vice-ministro peruano está convencido de que o Brasil adotou o caminho correto na hora certa. “É inegável que hoje existe um novo clima de compreensão em todo o mundo em relação à dívida externa”, disse ele, citando manifestações neste sentido do Parlamento Europeu, de políticos americanos, do Papa João Paulo II e até do ex-secretário de estado Henry Kissinger. “O mundo inteiro já está reconhecendo que a dívida externa é uma questão de mútua responsabilidade de devedores e credores.”

Para o economista Saberbein, a anunciada decisão brasileira de suspender os pagamentos deve ter sido tomada, “levando em conta o dinamismo que o mundo de hoje impõe ao desenvolvimento industrial e tecnológico. Não se pode parar o processo de industrialização e de capitalização para dar prioridade ao pagamento da dívida. É preciso escolher entre pagar a dívida ou parar de crescer”.

A principal consequência da atitude de um país com uma dívida tantas vezes maior que a do Peru, que deve só 15 bilhões, deverá ser, na opinião do vice-ministro, “a maior conscientização dos credores para a gravidade do problema. A crise da dívida externa chegou a tal ponto, que não existe mais solução técnica possível. Está cada vez mais claro que tem que ser uma solução política”.

Uma das soluções que o economista peruano encontra é a separação imediata entre a dívida velha e a nova. A primeira teria de ser renegociada com longos anos de prazos e alguns anos de carência. A dívida nova, porém, teria, “na medida do possível”, taxas de juros normais de mercado.

Na prática, porém, o que o Peru tem conseguido, além ficar em vermelho com os bancos comerciais e até com o FMI, é pagar sua dívida aos países do leste Europeu em mercadorias. “Estamos negociando pagamentos em mercadorias também com os bancos americanos e esperamos que em 60 dias já tenhamos algo concreto para anunciar algo neste sentido”, informou o vice-ministro.